

# O fracasso da economia ideológica

José Carlos Graça Wagner

A finalidade da filosofia é penetrar o real. Com isso, o homem usa o dom da inteligência, num primeiro momento, para conhecer o criado e, num segundo, para criar sobre o já criado. Porque a inteligência humana não é só para conhecer — não é só para saber sobre o ser e sobre a razão do ser — mas é também operativa — é participante da criação não para determiná-la mas para utilizá-la e complementá-la.

Mas a inteligência humana não abarca todo o criado, nem consegue, de modo cabal, determinar cientificamente o seu perfil completo, a sua causa primeira e o seu fim último. O homem é limitado por natureza, porque só não o seria se ele fosse o criador de todo o existente.

Em razão dessa limitação — e da capacidade do homem usar mal a sua liberdade, em sentido contrário à sua natureza e à natureza das coisas — a vida do homem e tudo quanto ele cria sofrem de um grau de imperfeição e de erro, maior ou menor, segundo mais próximo ou mais distante estiver das leis da criação, tanto na ordem material como na ordem moral. As leis morais, de outro lado, são um conjunto de regras, estabelecidas pelo "fabricante", para que o homem use bem da sua natureza e, portanto, possa atingir ao seu fim último, que muitos definem como a felicidade.

A ideologia é uma rebelião contra a filosofia porque recusa que a limitação esteja no homem ou na sua capacidade de penetrar o real. A limitação a uma felicidade coletiva estaria no fato de ser a estrutura social — as leis e o pensamento que regem a sociedade — produtos das conveniências dos que construíram a sociedade existente. A filosofia, nessa visão ideológica, não é mais o instrumento de penetração no real, pelo uso simultâneo de todas as faculdades humanas — é por isso que é chamada a rainha das ciências — mas é a crítica da estrutura existente, para identificar os interesses determinantes da qual ela é a superestrutura. A ideologia rompe com a realidade, porque ao invés de penetrá-la, ela se julga capaz de criar a sua própria realidade. É evidente que o homem projeta o seu ser na sociedade. É ator e autor, ao mesmo tempo. Mas é autor de transformações do criado, segundo as leis do criado, e não autor das próprias leis da criação. Nesse aspecto é mero ator.

A ideologia rejeita, portanto, todos os valores preexistentes na sociedade que ela critica, porque não distingue entre o uso e o abuso dos dons e comportamentos humanos. Pretende que o homem seja demônio ou santo, em razão da estrutura social existente. Já não decorrerá, a divisão entre ovelhas e cabritos, do uso do discernimento, no âmbito da consciência pessoal, entre o bem e o mal que cada um pratica, mas da estrutura existente, de tal modo que o único pecado é o social e se este for corrigido, todos se salvarão, já na terra. É o paraíso terrestre, buscado pelo marxismo e pela teologia da libertação, no uso político que se faz dessa expressão. É pena que ambos não consigam eliminar a morte... que, infelizmente, não é um fato que decorre da estrutura capitalista...

Quem analisar a ideologia, sem saber tratar-se de uma crença e a imagine como uma teoria científica, está sujeito a enganar-se sobre o que está em causa. A ideologia é um conjunto de idéias, com uma coerência interna entre elas, mas não entre elas e a realidade. Objetiva mudar o mundo, atribuindo-lhe uma nova natureza a partir do que imagina ser os interesses dos novos construtores da sociedade. Ou seja, da classe ou grupo social ao qual, no seu entender, deve ser entregue a construção do novo mundo. Como a ideologia é o resultado de uma crítica à situação que decorre dos interesses dos que dominam as estruturas, ela é necessariamente uma crença que projeta, no campo do abstrato, o que será a sociedade se a estrutura social foi erigida por outra classe ou grupo social. É, portanto, uma religião terrena, porque é a antecipação de um mundo ainda não existente e, portanto, ainda sem condições de gerar realidades. A curiosidade é que, segundo a ideologia, o pensamento humano também é produto das estruturas existentes. Conclui-se que os que elaboram a ideologia, antes da construção das estruturas que lhe correspondem, estão acima dessa limitação e são profetas do futuro, sem relação com o materialismo histórico. São iluminados por uma história ainda não materializada e, conseqüentemente, são filhos de um "espírito da história..."

A ideologia, como recusa os valores prévios, ou seja, os valores relacionados com a estrutura social que

ela critica, mesmo quando usa expressões comuns na sociedade ainda não transformada pela revolução de classe, dá às palavras uma substância totalmente diversa. É por isso que, no confronto desse século, as palavras deixaram de ter um significado mais preciso. A nova babel é que as palavras são usadas segundo os interesses de quem as profere ou as escuta e são objeto das releituras, a tal ponto que a lei do amor se torna a lei do ódio. A forma de amar o inimigo é odiá-lo e eliminá-lo, porque o ódio mobiliza, arregimenta e impulsiona a transformação revolucionária, o que é um bem, para a ideologia. Depois, como o inimigo é infeliz porque está em erro, e já está irrecuperável pela doença estrutural de que participa, é um bem a sua eliminação, para todos, inclusive para ele.

Mas, no caso, importa examinar a expressão "democracia", no sentido ideológico. Democracia é, no aspecto superficial, sinônimo de maioria. Na essência, democracia é a crença de que ninguém é dono da verdade e que, portanto, a minoria tem o mesmo valor social que a maioria, porque tanto uma como outra, em determinada questão, poderão estar defendendo a verdade ou a posição mais próxima da verdade. Para a ideologia, a maioria classista exprime a verdade. Portanto, a democracia popular não é determinada por votos mas pela classe majoritária. São maioria os trabalhadores ou proletários, para os marxistas. Para a teologia da libertação, a maioria são os pobres. Essas maiorias determinam a verdade social, que não é alterável por votos. O fato de os trabalhadores não seguirem seus profetas e não votarem neles é irrelevante, porque a falta de consciência de classe não afeta nem a verdade classista nem desqualifica os profetas em sua legitimidade representativa da maioria, a ponto de justificar o acesso ao poder "na marra" como querem os xiitas da esquerda brasileira, ou na "carona", como conseguiram os tecnocratas que dirigem a política econômica do País.

Por ser inalterável a verdade classista e como os seus profetas são o que têm plenitude de consciência de classe, a ascensão destes ao poder é também definitiva, encerrando-se a fase de alternância de poder. É o que a Nicarágua acabou de dispor, em sua nova Constituição. É o que ocorre em todos os regimes comunistas. Quem não aceita estas verdades ideológicas, definitivas e cabais, são considerados ou inimigos de classe e devem se esmagados ou doentes mentais e devem ser internados.

O "populismo", ao contrário, embora não seja ideológico, é também atraído pela "democracia majoritária" como forma de tornar definitivo o poder constituído. O populismo é uma doença do poder e imagina que tudo que é popular é verdadeiro. Imagina que a mobilização do povo cria realidades novas, não apenas em termos de situações políticas, mas em relação aos efeitos das próprias medidas populares. O que é meio de agitação da ideologia, para provocar divisões sociais, é, para o populismo, um fim em si mesmo, com a consagração simultânea do populista. O sentimento do líder populista de solidariedade às necessidades populares lhe dá uma aureola de missionário de nobres causas e lhe faz confundir realidade com desejos e a acreditar em milagres, ainda que não tenha uma ideologia com coerência interna para se assegurar de que o milagre ocorrerá inexoravelmente.

O populismo e os populistas são, conseqüentemente, extraordinária massa de manobra para a ideologia e apressa a caminhada de seus profetas para o poder total, necessário à implantação da verdade total de que são possuidores por auto-investidura.

## A Economia Ideológica no Brasil

A economia adotada no país, pela musa econômica Conceição Tavares e seus pupilos, e apresentada como "popular", através do congelamento e dos fiscais do Sarney, ao populista presidente José Sarney, tal como agora se quer levá-lo a uma política exterior "popular", também fundada em velhos preconceitos, são, no fundo, uma preparação da economia ideológica, que recusa o mercado como lei, mecanismo natural da atividade econômica. Ligado a isso, o plano econômico tem a mesma coerência interna da ideologia, que lhe dá uma aparência de verdade. É, sem precisar afirmá-lo, contra o lucro, contra a propriedade e contra a iniciativa privada. Desorganiza a produção e o abastecimento, a locação de imóveis com a enorme vantagem de colocar como bodes ex-

piatórios da ira popular, o empresário, o comerciante, o proprietário, o locador, o pecuarista e até o acougueiro, dando ao governante a aureola de vítima dos egoísmos privatistas. E isso nas melhores famílias. Ninguém percebe que o governo faz e desfaz ao seu talante e age como macaco em loja de louças, inviabilizando a iniciativa privada. Ninguém pensa que a grande massa das empresas nacionais são pequenos negócios que não podem sobreviver sem uma atividade permanente. Ninguém se detém a considerar que sem atividade econômica não há lucro e que ninguém pára de operar por gosto. Ninguém considera que parar agora para ganhar mais no futuro não compensa porque o prejuízo da paralisação não se recupera com o preço maior no futuro, além da perda de mercado e riscos legais. Ninguém pondera que ele próprio não aceitaria trabalhar sem salário ou sem lucro, ainda que tivesse muito capital. Um prejuízo hoje, sem segurança quanto à política econômica de amanhã, além de impedir os investimentos, pode ser causa da falência. Só o governo e suas estatais não vão à falência porque a forma do governo aumentar o preço é através do aumento do imposto.

Mas, que dizer da parte positiva do Cruzado, que é a causa de sua manutenção, apesar da irracionalidade econômica do congelamento por teimosia voluntarista? Deve-se exclusivamente a algo que os economistas ideológicos nem sequer prevêiam. Se a poupança se manteve basicamente no mesmo patamar, deixou de crescer na mesma proporção do aumento da massa salarial. Os poupadores mantiveram a poupança anterior, em grande parte, e passaram a gastar o que, em outras circunstâncias, poupariam. Como a poupança estava sendo usada para tapar buracos — o BNH que o diga — sem provocar nova atividade econômica, houve uma transferência de recursos do setor público, deficiente, para o setor privado, através do consumo. Este consumo ativou a capacidade ociosa existente nas empresas provocando o crescimento de emprego de mão-de-obra, a compra de equipamentos para investimentos a curto prazo, a pressão sobre os serviços, com um aumento voluntário de salários, numa sucessão de fatores que fizeram a demanda explodir, sem aumento da oferta, nas proporções adequadas. A causa da inflação não foi contida — as despesas públicas sem receita correspondente, bem como as despesas públicas adiáveis, mutuários ou não-prioritárias — apesar da oportunidade que surgiu com a capacidade de absorção pelo mercado da mão-de-obra que viesse a ser despedida pelo Estado e da substituição parcial de encomendas estatais por encomendas privadas, que seria a forma de reduzir o consumo e de reduzir o déficit público. Acresce agora a desorganização da produção, que o congelamento terminaria por produzir, pela paralisação da produção de produtos básicos e subseqüente paralisação de produtos lucrativos por falta de matérias-primas. É exatamente por isso que a economia socialista é economia de escassez. Porque a racionalidade econômica é resultante das leis de mercado, que a ideologia nega como sendo inerente à estrutura capitalista. Estamos assim às vésperas do fracasso da economia ideológica. Da crença de que o mundo dos trabalhadores e dos pobres é um mundo sem mercado, com salários crescentes e preços estabilizados para sempre. De que o controle pelo Estado gera a felicidade econômica da classe majoritária e que o Estado é capaz de tudo prover e a tudo prever. Da religião de um novo deus, cuja revelação tem a data de 27 de fevereiro deste ano, que tem por Miguel o ministro Furlan e por Lúcifer e seguidores os que assumiram o dom de empreender por conta e risco próprios.

Essa utopia tem um preço, não só econômico, mas político e social. Além do custo policial, pois só se sustenta — só mantém a aparência de dar certo — através da repressão policial. Consegue se manter pela força, mas não consegue eliminar a escassez, a fila, o mercado negro, a corrupção generalizada de agentes econômicos e agentes do poder público. Ou o Brasil se imagina mais poderoso do que a Rússia? A China, cuja sabedoria é milenar, depois de eliminar 50 milhões de chineses para aplicar a ideologia dos nossos tecnocratas, bate no peito e volta atrás, às leis de mercado. Só que não conseguirá ressuscitar as suas vítimas nem apagar os sofrimentos inúteis a que submeteu seu povo. Somos um povo novo mas nem por isso merecemos ser vítimas da teimosia ideólogo-populista de nossos governantes.

José Carlos Graça Wagner é advogado